

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

TRAINING IN ENVIRONMENTAL EDUCATION AS AN EDUCATIONAL PRACTICE IN
TECHNOLOGICAL PROFESSIONAL AND EDUCATION

LA FORMACIÓN EN EDUCACIÓN AMBIENTAL COMO PRÁCTICA EDUCATIVA EN LA
EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA

José Antonio Souza da Silva¹
Airton José Vinholi Júnior²

RESUMO: Este artigo teve por objetivo discutir a educação ambiental como prática educativa em consonância com a formação de professores na educação profissional e tecnológica (EPT). Permeando a legislação vigente, foi possível analisar que os instrumentos para a aplicabilidade dessa prática têm respaldo legal, bem como para a formação dos docentes. A educação ambiental está presente no cotidiano da sociedade como um todo, no entanto, para formar um cidadão efetivamente crítico, reflexivo e ativo na sociedade, que saiba discutir os problemas socioambientais, é fundamental que este possua formação, e esta começa pelos professores, como preconiza a lei. A educação ambiental não deve ser aplicada em forma de disciplina, mas de maneira interdisciplinar e contextualizada. É uma temática atual e complexa, porém, fundamental para a formação de um cidadão crítico e ativo na sociedade capitalista, que impõe uso irracional dos recursos naturais e consumo exagerado de bens manufaturados. Neste trabalho, de enfoque qualitativo, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica. Para que ocorram práticas docentes efetivas, é preciso que tais profissionais tenham formação em educação ambiental, pois, assim, eles poderão mudar as suas práticas educativas utilizando metodologias inovadoras, e não tradicionais.

3722

Palavras-chave: Educação profissional. Educação ambiental. Formação de professores.

ABSTRACT: This work aimed to discuss environmental education as an educational practice in line with teacher training in professional and technological education (EPT). Permeating the current legislation, it was possible to analyze that the instruments for the applicability of this practice have legal support, as well as for the training of teachers. Environmental education is present in the daily life of society as whole, however, to form an effectively critical, reflective and active citizen in society, who knows how to discuss socio-environmental problems, it is essential that they have training, and this begins with teachers, such as advocates the law. Environmental education should not be applied in the form of a discipline, but in an interdisciplinary and contextualized manner. It is a current and complex theme, however, fundamental for the formation of a critical and active citizen in a capitalist society, which imposes irrational use of natural resources and excessive consumption of manufactured goods. In this work, with a qualitative focus, the bibliographic research methodology was used. For effective teaching practices to occur, these professionals must have training in environmental education, as this will enable them to change their educational practices using innovative, rather than traditional, methodologies.

Keywords: Professional education. Environmental education. Teacher training.

¹Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

²Professor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo discutir la educación ambiental como una práctica educativa acorde con la formación docente en educación profesional y tecnológica (EPT). Permeando la legislación vigente, se pudo analizar que los instrumentos para la aplicabilidad de esta práctica cuentan con respaldo legal, así como para la formación de docentes. La educación ambiental está presente en el día a día de la sociedad en su conjunto, sin embargo, para formar un ciudadano efectivamente crítico, reflexivo y activo en la sociedad, que sepa discutir los problemas socioambientales, es fundamental que tenga capacitación, y esto comienza con profesores, como defensores de la ley. La educación ambiental no debe aplicarse de forma disciplinaria, sino de manera interdisciplinaria y contextualizada. Es un tema actual y complejo, sin embargo, fundamental para la formación de un ciudadano crítico y activo en una sociedad capitalista, que impone el uso irracional de los recursos naturales y el consumo excesivo de bienes manufacturados. En este trabajo, con un enfoque cualitativo, se utilizó la metodología de investigación bibliográfica. Para que se produzcan prácticas docentes efectivas, estos profesionales deben tener formación en educación ambiental, ya que esto les permitirá cambiar sus prácticas educativas utilizando metodologías innovadoras y no tradicionales.

Palabras clave: Educación profesional. Educación ambiental. Formación docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada “Os desafios da aplicabilidade da legislação em educação ambiental em uma escola de educação profissional e tecnológica: um olhar para as práticas do professor”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Enquanto um programa de mestrado na modalidade profissional, é necessária a execução de um produto educacional (produto técnico tecnológico), que no contexto deste trabalho se configura como um curso livre para professores sobre a legislação em educação ambiental no ambiente escolar. Nesse sentido, o artigo propõe uma reflexão teórica sobre a importância da educação ambiental como prática educativa no âmbito da Educação Profissional e Tecnologia (EPT).

A educação ambiental (EA) é uma prática educativa fundamental e tem o objetivo de difundir os conhecimentos sobre o ambiente, bem, como refletir, alertar, conscientizar e formar um cidadão apto para discutir sobre as questões socioambientais e intervir sobre elas dentro da sua comunidade. Nesse sentido, a EA busca uma mudança de comportamento e atitudes no que diz respeito às questões ambientais e utilização dos seus recursos naturais de forma sustentável. A abordagem da EA no contexto escolar deve buscar despertar no educando a consciência de preservação ambiental e da cidadania, de modo que ele passe a entender e compreender a necessidade de cuidar do planeta a relação de equilíbrio entre o homem e a natureza.

As primeiras discussões e práticas de EA tiveram início, no Brasil, na década de 1970. De acordo com Loureiro (2006), era uma educação fragmentada voltada à transmissão de conhecimento, o que vai de encontro à prática educativa e dialógica de Freire (2006), que endossa

a responsabilidade da educação ambiental ter papel crítico e emancipatório, partindo de temas geradores, com foco no conhecimento prévio relevante ser considerado no processo de aprendizagem. Uma educação crítica vai evidenciar os problemas ambientais de maneira contextualizada, problematizando as contradições do sistema capitalista, analisando o modelo de acumulação e utilização dos recursos naturais.

Contudo, devido aos graves problemas ambientais que a população vivencia, a educação ambiental foi inserida nas instituições de ensino, quase que unicamente, como prática educativa, com o foco de discutir os problemas socioambientais que permeiam toda a nossa sociedade (Reigota, 2014).

Nesse sentido, o professor é uma “ponte” que possibilita ao aluno alcançar o conhecimento. Para tanto, exige dele a capacidade de dedicação e empatia, requer preparo, pesquisa e conhecimentos diversos. É preciso, assim, ter compromisso com a sua formação inicial e continuada, compreender que cada um tem o seu tempo de aprendizado, e isso envolve ser inclusivo. Portanto, o professor precisa estar preparado para direcionar e mediar os seus alunos a se equiparem com conhecimentos e habilidades necessárias para poderem tomar decisões que beneficiem o meio ambiente.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) prima por uma formação humana omnilateral³, e nesse sentido, os professores devem estar preparados para dar suporte aos seus alunos na trilha do conhecimento, fomentando possibilidades de aprendizagens, reflexão sobre a realidade e autonomia para buscar o novo. Para tanto, faz-se necessária a formação continuada aos professores, para que estes estejam atualizados e, assim, atuem nesse processo de emancipação humana, contribuindo para a formação omnilateral do indivíduo.

3724

O interesse por essa pesquisa deu-se em função da importância da temática na formação do professor e do aluno, pois educação ambiental como prática educativa não visa somente conscientizar sobre a importância da preservação do meio ambiente, mas formar discentes críticos e reflexivos que possam atuar diante dos problemas socioambientais na sociedade e na educação profissional e tecnológica. Essa prática se faz necessária para ampliar ações sustentáveis dos alunos, para que assim tornam-se profissionais mais capacitados para lidarem

³ Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto, 2012, p. 267).

com problemas socioambientais da sua comunidade, agindo localmente e pensando globalmente. Com informação, o aluno passa a ser protagonista no seu meio, levando comunicação e subsídios importantes à sua comunidade, o que pode mudar a realidade na qual vive, no que se refere ao meio ambiente e ao consumo exagerado imposto pelo capitalismo.

ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação ambiental passa a ser obrigatória nas unidades escolares, objetivando a conservação do meio ambiente (Brasil, 1988). Já em 1997, surgem os Parâmetros Curriculares Educacionais (PCN), que foram elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), contemplando o tema transversal meio-ambiente, com a proposta de que a temática seja trabalhada nas unidades escolares que os professores proponham reflexões e ações de modo que o aluno desenvolva o pensamento crítico e reflexivo no que diz respeito aos problemas ambientais. Nesse sentido, os temas relacionados à educação ambiental deveriam ser trabalhados de maneira interdisciplinar.

Para Saviani (2011), o fato de a educação ambiental ser inserida no currículo escolar não garante a sua aplicabilidade de autonomia do aluno nem uma reflexão crítica da realidade, sendo preciso analisar o meio no qual o aluno está imerso, os seus aspectos culturais e até a formação dos professores. Há a necessidade de se apontar que muitos docentes não têm formação em educação ambiental e, assim, apresentam dificuldades na sua aplicabilidade dentro do seu currículo. Isso se deve ao pouco conhecimento sobre as práticas educativas em educação ambiental.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB, no seu Art. 26, preconiza que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) definem que a educação ambiental deve ser incluída aos temas exigidos por legislação e normas específicas, na forma transversal e integradora, e no estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente (Brasil, 2018).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) são fundamentais para as práticas educativas em educação ambiental, pois elas estão em consonância com a Lei 9795/99 da educação ambiental. Essas diretrizes permitem aos professores formação continuada nas suas práticas, uma vez que a educação ambiental deve ser interdisciplinar, pois as diretrizes fornecem estruturas e orientações para a implementação eficaz da educação ambiental no ambiente educacional (Brasil, 2012).

A educação ambiental é um dos temas transversais previstos, também, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A intenção é abordá-la como tema integrador às questões relacionadas ao meio ambiente, sustentabilidade, preservação dos recursos naturais, conscientização sobre a importância da natureza, além do diálogo sobre a necessidade de uma relação harmoniosa entre os seres humanos e o ecossistema em que vivem (Brasil, 2016).

A Lei 9795/99 garante a educação ambiental como um componente necessário para a formação do indivíduo responsável, crítico e consciente. Ela estabelece que se trata de um processo permanente, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino (e aqui se inclui a educação profissional e tecnológica), com vistas a promover a conscientização e a compreensão da importância do meio ambiente, bem como a capacidade de identificar problemas ambientais e buscar soluções sustentáveis.

3726

Por fim, cabe a reflexão de que, para trabalhar com a educação ambiental de forma efetiva, é necessário capacitar os professores. A Lei 9.795/99 prevê a formação de professores e estipula que todos os docentes na ativa devem receber formação complementar nas suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, e nesse sentido, as instituições educativas são encarregadas de promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (Brasil, 1999).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA EDUCATIVA

O surgimento da educação ambiental deu-se devido à percepção do homem quanto a destruição do meio ambiente e o uso indiscriminado dos recursos naturais, bem como as catástrofes ambientais que já estavam visíveis. Surge como um mecanismo educativo para orientar as pessoas sobre essas questões ambientais adversas, das quais o próprio homem foi causador. A legislação dá suporte para que os professores trabalhem a temática dentro do seu currículo de maneira contínua, permanente e interdisciplinar.

A EA enquanto prática educativa se configura enquanto um processo que exige esforço coletivo para orientar os alunos sobre as questões socioambientais locais e globais, bem como agir perante esses problemas, principalmente com o consumo exagerado em que estamos imersos devido ao fato de o sistema capitalista forçar as pessoas a, cada vez mais, consumirem sem refletir. Assim, é preciso formar cidadãos críticos e participativos dentro da sociedade para tais questões, e a educação profissional e tecnológica (EPT) tem um papel primordial nesse contexto.

A escola é o espaço propício para a formação do cidadão, e, na sala de aula, o professor precisa ter o conhecimento necessário para discutir com seus alunos os problemas locais e gerais no que se refere ao ambiente. É crucial que a educação ambiental seja compreendida como um caminho para provocar novos pensamentos e reflexões no alunado, indo além de conceitos puramente definidos, devendo construir novos valores e, assim, possibilitar uma cultura contra-hegemônica. Freire (2006) fornece elementos para uma educação crítica e responsável, visando a um mundo mais equilibrado, ecologicamente e mais sustentável.

Os professores precisam trabalhar a prática educativa da educação ambiental com conceitos que vão permear a vida do estudante, e apropriar-se desses conceitos fará toda a diferença na sua vida. É preciso entender o que significa sustentabilidade, um conceito que vai discutir com o aluno essa capacidade do uso racional dos nossos recursos naturais sem danificar o meio e, assim, pensar no futuro sem comprometer as futuras gerações. Essa definição relaciona-se à busca de encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico da humanidade e a preservação dos ambientes naturais.

É preciso conscientizar os alunos sobre as atividades humanas danosas ao meio ambiente. A cidadania sustentável, que prepara o estudante para exercer, na prática, a sua cidadania, fornece ferramentas para que este desenvolva uma consciência crítica da realidade, agindo de maneira mais consciente até mesmo no uso de produtos glamurificados pela mídia, o que só favorece a poluição, pois são produtos lesivos ao ambiente. A educação ambiental vai possibilitar a mudança de comportamento dos alunos, sendo que estes farão uma reflexão crítica das suas atitudes, modificando, assim, certos hábitos.

O professor tem que ser criativo e utilizar-se de diversas metodologias para trabalhar as questões ambientais com os seus alunos. É preciso pensar na educação ambiental em uma perspectiva crítica, pois ela nos dá possibilidade de trabalhar com a visão reflexiva, crítica e

libertadora sobre as questões ambientais nas quais estamos imersos. É preciso romper com o tradicional, trazer o indivíduo para a ação educativa, participante ativo na sua formação.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de enfoque qualitativo. Esta, segundo Silveira e Córdova (2009, p. 32), se volta a aspectos da realidade que não são passíveis de quantificação, buscando a explicação e compreensão da dinâmica nas relações sociais, com objetivo na “compreensão e explicação da dinâmica social pesquisa qualitativa.

Já segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se caracteriza por atribuir interpretações em contextos subjetivos, trabalhando com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes.

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica sobre a temática, cujo objetivo foi discutir a educação ambiental enquanto prática educativa em consonância com a formação continuada de professores.

Nos pressupostos de Gil (2008, p. 50),

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

Considera-se a relevância e pertinência dessa tipologia de pesquisa, uma vez que os achados referentes às publicações sobre um determinado tema dão vigor e consistência à riqueza do tema, permitem a pluralidade das discussões, ampliam a possibilidade de diálogo e potencializam resultados mais significativos.

No âmbito dessa tipologia de pesquisa, Boccato (2006, p. 266), afirma que a pesquisa bibliográfica

Busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado a literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

A pesquisa bibliográfica no bojo deste trabalho foi realizada por meio de artigos, dissertações e livros/capítulos de autores que trabalham com a temática abordada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma formação continuada para os professores em educação ambiental é importante para sua prática educativa, pois estamos em constantes mudanças nesse mundo globalizado, onde as informações circulam rapidamente. Portanto, o professor precisa estar preparado para situações do mundo contemporâneo em relação às questões do meio ambiente.

A formação continuada configura-se numa possibilidade de buscar conhecimentos e aperfeiçoamento dentro da sua prática. Nesse sentido, é prudente afirmar que a formação continuada é uma das maneiras mais eficientes de se aperfeiçoar e ampliar os seus conhecimentos, potencializando as suas práticas educativas. Os professores podem refletir sobre as suas práticas pedagógicas aprimorando a sua postura educativa no fazer pedagógico, analisando o novo e enfrentando os possíveis obstáculos da profissão com mais segurança e entusiasmo.

Para Silva (2019), a atuação do professor na Educação Profissional e Tecnológica deve estar voltada para a formação humana integral. Portanto, deve-se focar na formação do indivíduo e sempre contra os interesses do mercado, pois, historicamente, o Brasil é um país de educação dual, ou seja, uma educação para a classe trabalhadora e outra para a classe dirigente (Ramos, 2008). Portanto, a educação deve perseguir a superação da alienação homem-natureza, superar as desigualdades sociais e criar um modelo mais sustentável de produção.

3729

A formação do professor deve ser libertadora, capaz de apontar caminhos e possibilidades, para que tal profissional possa ser um mediador, utilizando-se da educação dialógica, transformando professor e aluno e, assim, promovendo mudanças na sociedade. Freire (1996) enfatiza que educar é preparar para agir na sociedade e no mundo, transformando-o, ou seja, vai além de um processo passivo, no qual conhecimentos são apenas adquiridos, o que acontece na educação bancária enfatizada por Paulo Freire. Nesse sentido, a práxis social posiciona-se na dialética entre teoria, reflexão e ação, para que, assim, possamos vivenciar uma prática libertadora que seja capaz de transformar o mundo. Portanto, a formação continuada do professor torna-se essencial como sujeito dessa práxis, pois é preciso refletir criticamente sobre a prática para melhorar cada vez mais.

Embora seja um tema complexo e multifacetado, a formação de professores em educação ambiental para a educação profissional e tecnológica é um assunto crucial para promover a conscientização ambiental e o desenvolvimento sustentável, pois, no mundo globalizado em qual vivemos, o sistema capitalista impõe suas regras de consumo exagerado com utilização dos

recursos naturais indiscriminadamente, ou seja, é preciso repensar esse modelo consumista. Nesse sentido, Ciavatta (2005) vai afirmar que precisamos buscar uma transformação social por meio de uma proposta reflexiva, crítica e emancipatória, promovendo uma educação integral dos indivíduos.

É preciso uma abordagem da educação ambiental crítica e contextualizada, dando valor às pessoas, e não às coisas produzidas, manufaturadas. Portanto, a educação profissional e tecnológica desempenha um papel elementar no enfrentamento contra-hegemônico na sociedade atual, pois ela tem o papel de desconstruir a hegemonia social instalada, refletindo sobre outro prisma da realidade, outros saberes ampliando os horizontes do conhecimento.

Nesse sentido, a formação de educadores em educação ambiental nas escolas de educação profissional e tecnológica pode ser uma estratégia para promover a transformação social e combater a hegemonia na sociedade na qual estamos imersos. É preciso fomentar o conhecimento, para que possamos ampliar os horizontes e romper com as amarras do consumismo desenfreado, que, cada vez mais, consome recursos e mão de obra barata.

Em um estudo realizado por Filho e Matos (2022), foi identificado que a maioria dos docentes não possuía formação pedagógica voltada para a educação ambiental. Nesse sentido, os autores discutem que as estratégias os recursos são reduzidos na aplicabilidade da temática na escola. Isso também foi apontado por Carvalho (2008), segundo o qual existe um distanciamento entre os docentes e as questões ambientais. Para o autor, é possível constatar que o professorado não está preparado para trabalhar com educação ambiental como prática educativa. Já Goergen (2010) afirma que é necessária a formação de professores em educação ambiental, aprofundando os conhecimentos na temática.

A aplicação da Lei 9795/99, especificamente nas escolas de educação profissional e tecnológica, é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a conservação do meio ambiente, buscando primar pelo uso racional dos recursos refletir sobre a qualidade ambiental local e global.

A formação continuada para professores da educação profissional e tecnológica em educação ambiental é de extrema importância por várias razões supracitadas, bem como a atualização profissional, pois garante que o docente se mantenha inteiramente profissionalmente em um mundo globalizado, no qual as realidades mudam constantemente. Isso vai ao encontro de um possível aperfeiçoamento da prática pedagógica, pois podem desenvolver novas competências e aprender metodologias inovadoras, o que contribui – e muito – com o seu fazer

pedagógico, principalmente no campo da educação ambiental, em que o professor tem que apresentar os problemas para os alunos refletirem e expor os seus posicionamentos, tornando-se cidadãos críticos da realidade.

Portanto, a função do professor vai além de orientar o aluno e dar possibilidade para que ele possa desenvolver as suas habilidades, por exemplo, trabalhando em grupos e estimulando o pensamento e a criatividade de maneira crítica e emancipatória. É importante que o docente possa planejar o que vai ensinar e dominar todo o processo, estimulando o aprendizado de maneira satisfatória. Portanto, é necessário haver formação, pois, assim, ele pode buscar ideias, sugestões, novas formas de olhar para uma situação, estratégias para sua prática diária em sala de aula (Libânio, 1994).

A formação contribui para o desenvolvimento integral do professor, pois permite que ele possa refletir a sua prática e absorver novos conceitos, atualize-se em relação às produções científicas e fomente o conhecimento adquirido. Nesse contexto, é plausível afirmar que a formação continuada também vai aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, pois contribui com os docentes a identificarem as principais dificuldades dos seus alunos dentro do processo de aprendizagem, criando, assim, mecanismos para solucionar os possíveis problemas detectados. Portanto, a formação continuada é uma ferramenta essencial para garantir um ensino de qualidade aos alunos na educação profissional e tecnológica.

3731

No contexto social, a educação ambiental merece destaque, pois trata das questões ambientais no seu entorno que podem refletir globalmente. Assim, uma das razões de sua importância é a conscientização ambiental, pois ela colabora na formação do cidadão e ajuda a contextualizar todas as relações que existem entre homem, sociedade, meio ambiente e a educação, permitindo, assim, que os docentes trabalhem com os discentes os temas ambientais locais e globais, refletindo sobre o sistema capitalista que influencia no uso desenfreado de produtos, levando a população a um consumismo exacerbado.

A educação ambiental pode permitir aos docentes uma reflexão da realidade na qual eles vivem dentro de um contexto ambiental e social. As possibilidades de trabalhar com educação ambiental são muitas, e, como afirma Cury (2018), o professor deve ensinar os alunos a serem pensadores e nunca repetidores de informações. Assim, o professor pode transformar a sociedade, despertando no alunado a confiança de discutir uma temática ambiental, despertando as suas potencialidades e, dessa forma, exercendo a sua cidadania, tendo uma postura crítica e positiva diante dos problemas socioambientais.

A formação vai permitir ao professor uma mudança nas suas práticas educativas, pois ele poderá inserir temáticas socioambientais abordadas de maneira crítica e reflexiva, sempre contextualizando e permitindo a participação ativa dos seus alunos de forma a possibilitar que estes adquiram conhecimento e responsabilidade ambiental, conscientizando-os sobre a preservação do meio ambiente e o consumo equilibrado e consciente.

Portanto, a formação de professores em educação ambiental é essencial para criar uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, Nóvoa (2019) vai endossar que é preciso valorizar a formação continuada do professor, o que, culturalmente, não tem sido feito no decorrer dos tempos.

As tendências de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão a evoluir para abordagens mais inovadoras e integradas. As práticas pedagógicas inovadoras potencializam o desenvolvimento da criatividade e da autodeterminação do professor, pois este deve escolher metodologias para suas práticas diárias bem diversificadas e significativas, levando em conta a sua realidade. Nesse sentido, o professor vai conduzir a sua prática rumo a uma educação emancipatória.

A utilização das tecnologias como ferramentas nas práticas educativas é uma realidade da qual todos os docentes devem se apropriar, pois a tecnologia oferece recursos didáticos valiosos no processo ensino-aprendizagem, como vídeos, imagens, textos, e, assim, proporcionam uma maior compreensão da aula, otimizando o tempo da aula, tornando-a mais dinâmica. A formação integral é uma tendência na EPT e, para tanto, envolve estratégias, como a transversalidade e a interdisciplinaridade, pois busca transpor a fragmentação do currículo. Portanto, a formação integral é um desafio na formação continuada dos professores que atuam na EPT, e buscar a formação integral do educando é ter equilíbrio entre os saberes gerais e técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na reflexão de todos os aspectos teóricos apresentados neste trabalho, é possível perceber a educação ambiental enquanto direito de todos, e um dos desafios da implantação da educação ambiental nas escolas é o ínfimo conhecimento dos docentes acerca do tema, tendendo a trabalhar com o seu alunado temas poucos atrativos e de maneira tradicional, o que pouco contribui para a formação integral do aluno. É importante a formação continuada dos professores, em especial na educação ambiental, pois assim estes estarão mais atualizados,

capacitados e preparados para o seu fazer docente, sobretudo na ótica dos aspectos que envolvem o meio ambiente.

Na perspectiva de uma educação ambiental crítica e emancipatória, é possível aplicá-la seguindo os interesses da comunidade. A educação ambiental deve ser executada como uma prática educativa contextualizada, dentro da realidade socioambiental do aluno, e não como uma educação bancária, estagnada, somente com transmissão passiva de conhecimento. O aluno tem que ser um sujeito pertencente, protagonista do seu conhecimento, é preciso olhar o estudante como um todo, sua formação integral.

A formação docente tem um papel muito importante para a execução das propostas ambientais, tanto as descritas e previstas nos Projetos Políticos das instituições, quanto nas políticas públicas embasadas nas legislações vigentes, pois a releitura de ordem e valores individuais sobre o meio ambiente e consumo pode sensibilizar o aluno a ter nova postura a respeito das suas práticas e hábitos e motivá-lo a ter novos olhares e atitudes no meio em que vive e, conseqüentemente, diante do nosso planeta. Portanto, a oferta de um curso em educação ambiental é uma contribuição positiva, pois possibilita aos docentes a ampliação de conceitos e visões sobre essa prática e, conseqüentemente, a busca de uma sociedade mais equilibrada ambientalmente, mais sustentável e mais justa.

3733

A educação ambiental deve favorecer a formação omnilateral, em que o aluno possa buscar conhecimento, participar de todo o processo. E, para tanto, o professor precisa ser capacitado, pois assim terá condições de desenvolver uma educação ambiental como prática educativa, contribuindo para essa formação integral do aluno.

Tais reflexões não se esgotam neste trabalho. A formação continuada de professores em educação ambiental pode contribuir significativamente com as práticas em sala de aula e, assim, colaborar para a formação de educandos mais conscientes e críticos ao desenvolver o seu papel na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOCCATO, VCR. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, 2006; 18(3): 265-274.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, ano CXXXIV, nº 248, de 23/12/96, p. 27833-27841.

BRASIL. Senado Federal. Lei da política nacional de Educação Ambiental: n. 9.795/1999. Brasília: 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Proposta Preliminar – Segunda versão revista, 2016.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação do Sujeito Ecológico. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, 255p.

CIAVATTA, Maria. A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio.; RAMOS, Marise.; CIAVATTA, Maria. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 83-105.

CURY, Augusto. Pais brilhantes, professores fascinantes. GMT editores Ltda. 2018, 176p.

FILHO, PJC, MATOS, EPNB. A formação docente para a abordagem da educação ambiental nas escolas municipais da sede de Acaraú/Ceará. *Perspectivas em Diálogo, Revista de educação e sociologia*. 2022; 9(19): 244-261.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudência (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 267-274.

3734

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 146p.

FREIRE, Paulo. *A sombra desta Mangueira*. 8 ed. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOERGEN, P. Teoria e ação no GT educação ambiental da ANPEd: partilhando algumas suspeitas epistemológicas. *Pesquisa em educação ambiental*, 2010; 5(2): 9-30.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor. Cortez. São Paulo, 1994, 260p.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Revista Educação e Realidade*. 2019; 44(3): 1-19.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. *Concepção do Ensino Médio Integrado*. In: Seminário promovido pela Secretaria de Estado do Pará, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica. Primeiras aproximações*. II. ed. Campinas: Editores associados, 2011, 139p.

SILVA, Robson Freitas da. *A formação docente e sua importância para a educação profissional e tecnológica no IFAM – Campus Coari*. 104p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. *A pesquisa científica. Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-42, 2009.